

## 2019 Semana de Acção Mundial pela Educação

### 1. 2019: Contexto e Pano de fundo

#### Contexto geral

2019 é um ano importante para a educação. No sistema das Nações Unidas, o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4 na matéria da educação, vai estar sob análise no Fórum Político de Alto Nível (HLPF, na sigla em inglês). Este ano, o HLPF vai ser realizado a nível de Chefes de Estado e concorrentemente com a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2019.

2019 é também importante para o movimento pois marca o seu 20º aniversário. Após 20 anos de existência, a campanha deverá permanecer relevante e se necessário, deverá reinventar-se para cumprir a sua missão de defender o direito à educação para todos.

A Semana de Acção Mundial pela Educação (GAWE, na sigla em inglês) é um evento emblemático para o movimento de educação da sociedade civil, e tem estado a funcionar com sucesso desde 2003. Em 2016 foi decidido dar atenção ao financiamento da educação, permanecendo uma área de foco principal em 2017 e 2018 (com um tema mais amplo em torno da responsabilização e a participação da sociedade civil), especialmente em 2018 na sequência da conferência de reaprovisionamento de Dakar. Esta continuidade é considerada importante, e os novos temas devem priorizar as ligações com os anos anteriores. O financiamento da educação (a área estratégica 4 da GCE) é imprescindível para alcançar todos os objectivos do ODS4 até 2030 e, assim, o financiamento da educação deverá continuar no centro das campanhas da GCE como um tema subjacente com conexões com todos os outros temas. O controlo do orçamento da educação e a privatização serão os temas principais do cerne da campanha de financiamento de 2019, juntamente com o quadro 4S e a Justiça Fiscal (referidos em uma nota separada).

Outro tema comum que deve ser executado através de todas as nossas acções coordenadas é o fortalecimento da sociedade civil. A exclusão das organizações da sociedade civil e sindicatos por vários governos a nível nacional e regional mina a nossa capacidade de mensurar os compromissos assumidos para com o ODS4. A Campanha Global pela a Educação apoia a participação institucionalizada da sociedade civil no acompanhamento e execução do ODS4 e Educação 2030 a nível nacional, regional e internacional. Apesar dos inúmeros compromissos em prol de uma participação colectiva e inclusiva por parte dos governos e da comunidade internacional, uma série de coligações nacionais de educação e diversas organizações da sociedade civil estão excluídas do planeamento, implementação e monitoramento do ODS4, mecanismos institucionalizados e eficazes de diálogo social com a profissão docente por muitas vezes não existem e os activistas de educação, representantes sindicais e os alunos são muitas vezes criminalizados ou brutalmente reprimidos pelo trabalho que fazem. A exclusão da sociedade civil legítima contradiz o compromisso colectivo que foi feito para implementar e monitorar o ODS4. Neste contexto, é extremamente importante colocar em destaque a força e a representatividade da sociedade civil.

Estamos num ponto crítico que exige compromissos firmes de todos os parceiros para assegurar o pontual acesso a educação de qualidade para todos, tal como estabelecido na Agenda de Educação 2030: crianças que entram na escola em 2019 completarão 12 anos de educação básica até 2030. Este é um momento ideal para interrogar as partes interessadas sobre o seu compromisso e para avaliar se o direito fundamental humano de acesso inclusivo a educação pública de qualidade para todos torna-se-á uma realidade.

#### Áreas de foco principais da GCE

### Igualdade e não-discriminação

O plano estratégico da área 1 da GCE fortemente afirma que é e continuará a ser o papel e a responsabilidade do Estado de garantir o acesso livre e inclusivo de educação pública e de qualidade a todos, especialmente às comunidades e pessoas excluídas/marginalizadas. O crescimento de e o apoio à educação privada compromete os compromissos assumidos pelos governos de apoiar a educação pública inclusiva e de qualidade. É importante que as campanhas da sociedade civil garantem a realização ou acessibilidade de uma educação inclusiva. A educação para crianças, jovens e adultos com deficiências faz parte da Agenda de Educação 2030, mas é frequentemente negligenciada pelos estados e ministérios da educação. Políticas progressivas de educação em relação ao acesso, igualdade, equidade e a inclusão não devem ser omitidas das políticas públicas e dos planos do sector da educação. Além disso, os Estados devem reconhecer que os professores bem treinados, remunerados, apoiados e qualificados têm um papel fundamental a desempenhar no direito à educação para todos e deverão empenhar recursos para assegurar o treinamento de professores ao longo da vida e inclusivo.

### Educação transformadora

Avaliação da qualidade da educação não é uma tarefa fácil e não pode ser medida apenas através de testes padronizados. A educação não deve ser limitada a aquisição de aptidões de literacia e numeracia básicas, mas também deve concentrar-se em preparar os cidadãos a serem titulares activos e assertivos dos seus direitos e a desempenhar um papel activo na formação do presente e do futuro das sociedades. Como salientou o nosso primeiro presidente na sua mensagem de vídeo, o direito à educação deve estar lado a lado com a aquisição e a reivindicação dos direitos humanos através da educação. Este é o núcleo da área estratégica 2 da GCE e deve formar a base da definição do movimento de educação.

### Educação em emergências

Um risco evidente para o compromisso e a realização do direito à educação é a continuação do conflito em todo o mundo, bem como a ameaça de desastres naturais, como destacado na área estratégica 3 da GCE. Estes incluem o conflito no Médio Oriente, mas também crises ocultas e prolongadas em outras partes do mundo. Com um número estimado de 535 milhões de crianças - cerca de um em cada quatro - a viverem em países afectados por conflitos ou desastres, esta é correntemente uma questão de relevância particular. O Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2019 trata especificamente das questões de migração, e a educação para pessoas deslocadas ou grupos afectados por conflito deve continuar a ser um tema central das nossas acções coordenadas.

## Contexto das políticas da GCE

As políticas da GCE relacionadas com estas área de intervenção e que deverá criar a estrutura da nossa campanha e os objectivos das nossas actividades, são:

- As metas dos ODS4 estão entrelaçados e inter-relacionados, portanto é necessário ter uma visão holística para a plena realização do direito humano à educação.
- O enfoque nos mais vulneráveis e discriminados irá permitir maximizar o impacto dos ODSs, e o lema de não "deixar ninguém para trás", coloca concretamente um foco estratégico em estas populações.
- O acesso à educação não pode ser alcançado sem responder ao contexto social e cultural, onde as crianças, jovens e jovens adultos vivem e aprendem mesmo em situações de conflito e catástrofe.
- Um currículo adaptado é necessário para alcançar a população mais marginalizada, incluindo pessoas com deficiência e os recém-chegados.
- A educação pública de qualidade para todos promove os princípios dos direitos humanos e contribui para a justiça social, a inclusão e a coesão: a educação capacita os jovens a compreender, aceitar e reivindicar os direitos humanos, e a tornarem-se cidadãos activos.
- O direito humano da educação pode ser uma defesa contra o aumento da violência, a discriminação, a exclusão e a intolerância.
- A adaptabilidade implica também um forte compromisso para com a descolonização do currículo, o

- que, na verdade, permite alcançar os objectivos de género da educação transformadora.
- Financiamento adequado para a educação, de acordo com as obrigações internacionais do Estado, é um pré-requisito para a plena implementação de uma agenda baseada em direitos humanos.
  - A utilização eficaz dos fundos atribuídos é igualmente importante para garantir o direito à educação de qualidade.

## 2. 2019 - O Tema, o lema e datas

### Semana de Acção Mundial pela Educação

**Tema preponderante: Tornando uma realidade o direito a uma educação justa, inclusiva, de qualidade, acessível e pública.**

Este tema proposto abrange diversas áreas de foco do projecto de plano estratégico . Está estreitamente relacionado com a área de foco estratégico 1 sobre a "Igualdade e a não-discriminação" e com as acções-chave relacionadas com o desenvolvimento de uma campanha baseada em direitos e explorar a justiciabilidade da educação enquanto direito humano, que afirma:

*As noções de igualdade e não-discriminação são baseadas no direito internacional de direitos humanos. "A igualdade" refere-se ao direito fundamental estabelecido no artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". A "não-discriminação" é um princípio da lei internacional dos direitos humanos. Refere-se a "proibição de qualquer discriminação perante a lei e garante a todos protecção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, género, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outra condição" (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; Artigo 26) . [...] A GCE irá desenvolver orientações para apoiar os seus membros a aumentar a atenção política para os problemas de desigualdade, exclusão e discriminação em termos da provisão de infra-estruturas de ensino, em particular nas zonas rurais, bem como em termos de acesso a educação de qualidade para todos. Além disso, vai ser concebida e implementada uma campanha para chamar a atenção local e internacional sobre a necessidade de tratar todas as formas de desigualdade, exclusão e discriminação no âmbito dos sistemas de ensino e fora deles. Para que a proposta de plano estratégico possa ir ao encontro das necessidades de grupos historicamente discriminados e excluídos do seu direito à educação, a GCE irá principalmente, mas não exclusivamente, focar as suas acções nos seguintes grupos: meninas, mulheres e jovens; crianças com deficiências; comunidades indígenas e grupos minoritários de diversidade cultural, étnica, linguística; migrantes, incluindo pessoas deslocadas internamente, requerentes de asilo e refugiados; e pessoas de orientação sexual e identidade de género diferentes. Podemos alcançar populações adicionais classificadas de acordo com múltiplas formas de desigualdade, exclusão e discriminação identificados nos diferentes contextos pelos membros da GCE.*

O tema também está associado à área estratégica sobre a "Educação em situações de emergência", conforme descrito abaixo:

*[...] Para começar, a GCE vai realizar estratégias políticas para promover o direito à educação para pessoas que, devido a emergências relacionadas com alterações climáticas, têm dificuldade a desfrutar os seus direitos à educação. Inclui crianças e jovens cuja educação foi interrompida por causa da destruição de instalações escolares e aqueles que não têm acesso à escola porque a reconstrução das instalações educativas foi ineficaz ou simplesmente não foi planeada. A GCE irá incentivar os governos locais e internacionais, em particular em áreas recentemente atingidas por catástrofes naturais, a desenvolver um quadro abrangente para avaliar e abordar as necessidades educacionais e os direitos das pessoas que vivem em áreas potencialmente ou já afectadas por situações de emergência.[...]*

Também está ligado à área de foco 2 do plano estratégico sobre a Educação Transformadora e ao ODS4, meta

4.7 ":

*Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.*

Este tema pode misturar diferentes abordagens dependendo do contexto e da relevância para os nossos membros:

- Ênfase nas crianças e jovens com deficiências, um apelo para infraestruturas e materiais escolares inclusivos, formação de professores incluindo professores com deficiências
- Ênfase na desigualdade de género, e direitos LGBTI;
- Ênfase nas comunidades vulneráveis, carentes e pobres (incluindo crianças trabalhadoras);
- Ênfase nos povos indígenas;
- Ênfase nos migrantes/ refugiados e estudantes na zona de conflito;
- Ênfase nos professores de acordo com o slogan do Dia Mundial do Professor 2018 "O direito à educação significa o direito a um professor qualificado".

### **Slogan proposto: A minha Educação, o (s) Meu (s) direito(s)**

O slogan proposto está enquadrado no conjunto das metas gerais do ODS4 com o enfoque na reivindicação do direito à educação. A campanha propõe "personalizar" as suas políticas no que toca a juventude do mundo inteiro, para se alinhar à intenção de atribuir mais espaço e voz, no movimento, a organizações de jovens, e para apresentar os estudantes e os adultos que reivindicam os seus direitos à educação. O slogan abrange a proposta de considerarmos uma abordagem holística para o ODS4, dando oportunidade aos nossos membros para se concentrarem em todas as metas dos ODS4 ou nos mais relevantes ao seu contexto. O alcance do movimento em todos os níveis vai permitir recolher e destacar histórias pessoais impactantes para apoiar a campanha e as políticas.

Propomos que a semana GAWÉ seja apoiada por uma chamada pública à acção, para mostrar a representatividade do movimento ao mais alto nível político. Consideramos também que uma campanha global voltada para o público e apoiada por actividades locais podem ter um forte impacto na mudança de mentalidades, necessário para alcançar o direito à educação pública inclusiva e de qualidade para todos.

A chamada pública à acção será decisiva para passarmos do slogan individual "A minha educação, o (s) Meu (s) direito(s)", a uma visão mais holística e global: "A nossa educação, o (s) Nosso (s) direito(s)" no fim da campanha e uma transição para o HLPF (NI, em Julho, com o tema principal "Capacitar as pessoas e garantir a inclusão e a igualdade").

### **Datas propostas: 24 de Abril a 1 de Maio**

Tradicionalmente, a maioria das acções coordenadas durante a semana GAWÉ acontecem entre a última semana de Abril e a primeira semana de Maio. Intencionamos ecoar as lições aprendidas desde 2018 e começar a semana com um evento internacional em 24 de Abril.

## **3.SAGE 2019 - Finalidades e objectivos das Campanhas**

O cronograma de eventos de 2019 apresenta uma oportunidade para fazer campanha em todas as questões acima mencionadas. A estrutura flexível e a diversidade inerente da SAGE oferece um quadro particularmente bem adaptado para uma campanha central e abrangente e para os principais eventos relacionados com a mesma ao longo do ano (SAGE, Abril; HLPF, Julho; UNGA, Setembro; 20.º Aniversário, Outubro). Estes temas podem ser abordados no quadro do tema do direito humano à educação (o respeito, a protecção, a realização e o financiamento do direito), e, nesse âmbito, cada membro pode optar por adaptar um ou vários destes

temas ao seu contexto específico. Sobre o desafio da continuidade com outros eventos de 2019 e além, optando por uma campanha baseada em direitos humanos e inclusive de diversas vertentes de trabalho em 2019 poderá ajudar a desenvolver vínculos para temas de campanha mais enfocados para os anos seguintes e até 2022.

## O Objectivo da SAGE 2019

O objectivo deste ano da Semana de Ação Global pela Educação é destacar a educação como um direito humano que todos nós temos o direito de reivindicar e desfrutar, e a exercer pressão sobre os governos e os organismos internacionais para tomar as medidas adequadas, incluindo medidas financeiras, para cumprir esse direito.

### a) Objectivos de mobilização e comunicação:

1. Pelo menos 100 000 pessoas deverão assinar a nossa petição ou participar da nossa chamada para acção em todo o mundo.
2. As campanhas deverão mobilizar e envolver os cidadãos e as comunidades dos 5 continentes
3. As actividades dos média têm um alcance de 50 milhões em todo o mundo e inclui difusão de informação de nível superior ou material de impressão; o ideal seria ter uma cobertura dedicada numa série de artigos feita por uma agência de média de renome.
4. As actividades de meios de comunicação em todo o mundo alcançam um total de 500 000

### b) Metas das campanhas:

1. 80% dos membros da CGE participam em pelo menos uma actividade durante a Semana de Acção Mundial (SAGE)
2. 70% dos membros da GCE usam pelo menos uma das ferramentas de promoção de marca (*branding*), mensagens globais, a procura em matéria de políticas.
3. 70% dos membros lançam campanhas de coordenação de trabalhos/acções cs para a realização e implementação dos ODSs
4. A campanha recebe o apoio de pelo menos 60% de aliados potenciais.
6. 50% dos membros organizam pelo menos um evento envolvendo o público e as autoridades (a nível nacional ou local)
7. 50% dos membros desenvolvem relacionamentos ou parcerias intersectoriais
8. 30% dos membros desenvolvem actividades conjuntas com grupos liderados por jovens.
9. 50% dos membros discutem com o ministério das finanças, parlamentares e líderes políticos sobre o cumprimento dos seus compromissos.

### c) Resultados esperados ou desejados da política

- Fortes compromissos para com o direito à educação nos países onde, à data, não existe esse compromisso.
- Leis específicas ou melhoradas são aprovadas em países onde o quadro legislativo é fraco, incluindo quadros legislativos sobre a orçamentação progressiva para a educação.
- Reforçar a aplicação em países onde as leis existem mas não são aplicadas
- Medidas de responsabilidade concretas para os países que têm o acima mencionado mas não cumprem
- Aumentar a participação institucionalizada das organizações da sociedade civil, incluindo as organizações lideradas por jovens e estudantes, no processo de tomada de decisão e na monitorização de planos do sector de educação, reconhecimento do o papel e da contribuição das OSC's na realização e implementação dos ODS's.
- A declaração da escola segura é aprovada
- Os membros estão habilitados a promover e defender as normas internacionais em matéria de direitos

fundamentais

## 4.2019 - Quadro de necessidades políticas

Os governos devem:

- Assinar, ratificar e aplicar os tratados internacionais sobre os direitos humanos e os protocolos opcionais
- Comprometer-se com a plena realização e implementação do ODS4
- Investir em sistemas de educação pública, de acordo com as normas internacionais (pelo menos 6% do PIB, 20% do orçamento público) e assegurar-se que 3% a 5% é usado para acomodação de estudantes com deficiências.
- Aumentar a atractividade da profissão docente, garantindo que os professores têm um emprego digno e condições de trabalho decentes, desfrutam dos seus plenos direitos sindicais (especialmente a liberdade de associação e a negociação colectiva) e são bem suportados com formação profissional inicial e contínua de qualidade.
- Desenvolver planos no sector da educação que são sensíveis ao género , incluindo a monitoria e avaliação participativa com organizações da sociedade civil.
- Fornecer uma estrutura, recursos alocados e planeamento para organizar a educação em contextos de emergência, para deslocados internos e migrantes.
- Abordar a exclusão e a discriminação no currículo, em materiais de ensino e aprendizagem e governação das escolas
- Promover a participação de crianças e jovens como estratégia fundamental para as políticas públicas de educação
- Progressivamente fornecer ensino superior público gratuito e de qualidade, incluindo o ensino universitário.
- Promover mecanismos de controlo adequados das OSCs para aumentar a eficiência nas despesas orçamentais da educação e a sua correcta utilização.
- Ratificar a Convenção 138 da OIT sobre a idade mínima para o Emprego, que estabelece que a idade mínima de admissão ao emprego "não deverá ser inferior à idade em que cessa a obrigação escolar, ou em todo caso, a quinze anos
- Proporcionar uma segunda oportunidade para crianças fora da escola e crianças trabalhadoras, através da implementação de cursos de aprendizagem acelerada para poderem ser integrados em classes apropriadas a sua idade no sistema público de ensino.

Os países doadores devem:

- Aumentar a sua ajuda à educação para, pelo menos, 0,7% do seu orçamento
- Apoiar programas de educação para migrantes, deslocados internos e permitir uma maior parte da sua ajuda humanitária a ser atribuída à educação
- Apoiar programas de desenvolvimento destinados a melhorar o recrutamento, a formação e os salários dos professores; infra-estruturas escolares e transporte, com o objectivo de fornecer serviços de educação para os grupos mais marginalizados ou vulneráveis
- Trabalhar para harmonizar a arquitectura de financiamento e fornecer ajuda previsível e sustentável
- Retirar o seu apoio a prestadores de educação para fins lucrativos
- Evitar os empréstimos como estratégia de desenvolvimento para a cooperação no domínio da educação
- Orientar a sua ajuda para que respeite os direitos humanos fundamentais e as normas internacionais do trabalho e reforçar a articulação entre o trabalho infantil e a educação, aplicada no seu enquadramento político.



## 5. Metas

1. Representantes políticos nacionais a nível executivo (Chefes de Estado ou Ministros de Educação e ministérios de articulação para a implementação dos ODSs, como os ministros das Finanças) e legislativo (membros de parlamentos, comités de supervisão parlamentar para a educação, grupos parlamentares, outros grupos políticos relevantes para a área da educação).
2. Representantes de organizações internacionais como líderes empenhados em apoiar as nossas campanhas e o nosso trabalho de advocacia.
3. Doadores potenciais (ou seja, no sentido de reunir os doadores para apoiar as nossas campanhas de 2019, e as campanhas de 2019 terão o objetivo de elevar o perfil da GCE para novos e potenciais doadores).
4. Plataformas intersectoriais das OSCs visando a implementação dos ODSs e dos direitos humanos.
5. Crianças, jovens e adultos, a reivindicar os seus direitos à educação.
6. Meios de comunicação e jornalistas a debruçarem-se sobre questões de educação.
7. Advogados, académicos e analistas.

## 6. Mensagens-Chave

- A educação é um direito humano básico e fundamental que deve ser reivindicado por todos.
- A educação tem um impacto nas pessoas e comunidades - as suas necessidades e direitos devem estar no centro de todas as políticas de educação.
- Os jovens estão bem colocados para reivindicar os seus direitos à educação, e suas vozes devem ser ouvidas.
- O direito à educação é universal portanto, os direitos de meninas, meninos e jovens, adultos, deficientes, refugiados, migrantes e populações vulneráveis ou marginalizadas devem reflectir-se nos planos nacionais de educação.
- O direito à educação é universal e não para nem é suspenso em tempos de conflito, guerras ou catástrofes naturais.
- Para ser realizado, o direito à educação necessita de professores qualificados e treinados.
- A educação de qualidade é um direito humano; não uma oportunidade financeira ou lucrativa.
- Para concretizar o direito a uma educação pública de qualidade, há necessidade de financiamento adequado, utilização eficiente e a distribuição equitativa.
- A educação não é uma despesa única: trata-se de um investimento contínuo que beneficia toda a sociedade.
- A educação é chave para formar os cidadãos de amanhã, não é apenas um direito, mas um facilitador para todos os direitos.
- A educação é um pilar para o crescimento, a sustentabilidade e a igualdade e, e, como tal, está no centro de todos os ODS.
- O cumprimento dos direitos humanos é central para a agenda ODS, e a medida do sucesso dos ODSs deve manter este compromisso e padrão.
- A sociedade civil é um parceiro forte e valioso e deve ser consultado e envolvido com a tomada de decisões a todos os níveis.
- As OSCs são parceiros fortes para fazer ouvir os que não têm voz e para serem reflectidos nas políticas.
- O envolvimento da sociedade civil permitiu muitos avanços críticos do sector da educação nos últimos 20 anos.

## 7. Actividades propostas

### Pelo Secretariado Global

#### Lançamento de evento global

A SAGE 2018 começou com um evento internacional de mesa redonda, que ajudou a elevar significativamente o perfil e definir o propósito da Semana. Portanto, sugerimos seguir esta boa prática e planejar um evento internacional similar.

#### Objectivos:

- Iniciar a Semana de Acção Global pela Educação e introduzir um debate de alto nível sobre o Direito à Educação
- Aumentar a sensibilização sobre a SAGE e as actividades planeadas em todo o mundo
- Aumentar a visibilidade da GCE e da SAGE ao público
- Fortalecer o relacionamento da GCE com actores/partes interessadas locais.
- Apresentar a adesão e o trabalho da GCE a potenciais doadores

#### Proposta para o evento de lançamento

Consiste de uma série de breves intervenções de convidados seleccionados, seguido por um painel de discussão sobre o direito à educação em diferentes regiões do mundo, incluindo a África do Sul. O debate deverá incidir sobre o tema da SAGE, as questões específicas relacionadas com o envolvimento da juventude no processo de tomada de decisões, a privatização na África do Sul, a educação inclusiva, o género e o direito à educação em situações de emergência. Uma sessão de perguntas da plateia iria fechar o evento oficial.

Em seguida, deveremos ter uma actividade informal de cocktail/oportunidade de *networking* para os diferentes convidados e palestrantes interagirem e dar oportunidade para um maior diálogo com o público. No espaço de rede/ *cocktail* vamos ter uma exposição fotográfica de Leeroy Jason (que cobriu o movimento *Fees must Fall*) e propomos exibir uma selecção de fotos de *Light for the World* em torno da educação inclusiva. Leeroy Jason estará presente para falar sobre o seu trabalho.

#### Programação:

Os hóspedes seleccionados serão convidados a fazer uma comunicação de 3 a 5 minutos (15 a 25 minutos)

Os membros do painel reunir-se-ão no palco para uma discussão aberta (30 a 45 minutos)

Perguntas do público e membros da imprensa dirigidas aos convidados seleccionados (se ainda presentes) e palestrantes (20 a 30 minutos)

Oportunidade de *networking* / *cocktail*/debates informais entre os participantes e a audiência (cerca de 1 hora) e entrevistas individuais.

Duração: cerca de 1h40 para o evento formal, 1 hora para o encontro informal

#### Oportunidade dos média

Este evento seria uma oportunidade para reforçar a nossa presença nos meios de comunicação social, para levantar o perfil da GCE e da SAGE. As principais mensagens para os média seriam:

- O lançamento da inovadora campanha pública mundial,
- incluir as vozes da juventude no debate sobre a educação,
- oportunidade de obter entrevistas com VIPs

#### Audiência

Propomos convidar os seguintes para participar do evento:

- Participantes de África do Grupo de Jovens
- Os doadores e as fundações: OSISA, OSF...
- Pessoal das agências de ajuda multilaterais/ bilaterais
- Membros da GCE e parceiros da CSEF, particularmente aqueles em ou perto da África do Sul (EI,



*ActionAid, Light For the World, MEPT, ECOZI, ZANEC, Suazilândia, Lesoto...*)

- Representantes de grupos locais que trabalham na área da educação
- Público geral O pessoal do Secretariado da GCE e parentes, convite aberto nos meios sociais.

## O Grupo da Juventude

O segundo Grupo da Juventude está a ser discutido e por essa razão seria vantajoso para realizar o evento durante a Semana de Acção Mundial pela Educação, como parte das suas actividades. Considerando que o Grupo da Juventude também está a acontecer na África do Sul, podemos convidar os jovens representantes para assistir e participar no evento de lançamento da SAGE, o que lhes daria a oportunidade de interagir com os convidados e com o público durante e após o evento formal. Poderíamos também considerar reforçar o relacionamento com as partes interessadas locais (grupo de jovens, académicos, celebridades) e convidá-los para falar e interagir com o representante da juventude durante as suas reuniões, e trocar ideias sobre a melhor forma de reivindicar os seu direito(s) à educação e a fazer ouvir as suas vozes. Sobretudo, gostaríamos de convidar:

- Representantes da *Equal Education*
- Representantes do movimento *Fees Must Fall*
- Uma celebridade local que também é um jovem activista da educação
- Académicos influentes e envolvidos

## Chamadas para acção

Este ano, a Semana de Acção Mundial pela Educação é voltada para o envolvimento público. Propomos a nível do Secretariado desenvolver dois apelos para os nossos membros adaptarem aos seus próprios contextos.

### 1. Partilhe a sua história!

Para criar impulso para o lançamento da campanha, pedimos aos nossos membros para partilhar histórias pessoais impactantes sobre indivíduos que alcançaram os seus direitos à educação através de sistemas de educação pública e como isso mudou as suas vidas.

Também vamos lançar um convite público para histórias através dos meios sociais, com o objectivo de:

- Incentivar as pessoas a partilhar e participar e, assim seremos inclusivos na nossa campanha;
- obter mais conteúdo e histórias positivas para construir a nossa narrativa;
- Aumentar o alcance da campanha - com a publicação das histórias, as pessoas serão mais propensas a partilhar com os seus seguidores.

### 2. Exiga ao seu governo cumprir com o(s) seu(s) direito(s) a educação!

Este ano, uma das principais acções do Secretariado ano será para melhorar a plataforma digital da SAGE, transformando-a em uma ferramenta de mobilização. Os membros terão um espaço onde não só eles serão capazes de fazer o *upload* dos seus eventos, mas também poderão utilizá-lo para interagir com e convidar partes interessadas. Todos os eventos dos membros serão agrupados sob uma identificação geral da SAGE, permitindo-nos visualmente mostrar o alcance da campanha através de um mapa mundial interativo.

Esta plataforma estará ligada a uma petição mestre *online*, que será disponibilizada em todas as 5 línguas, e que cada membro poderá escolher para adaptar ao seu próprio contexto, se assim o desejarem. A plataforma também oferece a opção de imprimir a petição para recolher assinaturas pessoalmente. O objectivo da petição é para nossos membros mostrar o apoio nacional para o direito à educação, dando-lhes assim uma vantagem nas negociações com os seus governos. Encorajamos fortemente os nossos membros a usar a riqueza das suas redes de coligação para alcançar o maior número possível de pessoas. A nível internacional, a petição será um indicador da representatividade do movimento em termos de apoio a nível das bases. O objectivo é reunir 100 000 assinaturas de todo o mundo.

Treinamento para usar a plataforma será fornecida aos nossos membros e aos que não muito experientes na área digital. O Secretariado poderá incluir directamente a partir de um arquivo *Word*, informações sobre os

seus eventos.

#### **Outras possíveis produções da parte do Secretariado**

- Uma documento de informação definindo uma visão positiva do papel das OSC na prestação do direito à educação para todos, e detalhando o nosso foco de política principal para os diferentes eventos.
- Um pacote de campanha com mensagens, actividades e ferramentas propostas.
- Um blog sobre o direito humano à educação com RTEI.
- Um pacote de material dos média e meios sociais incluindo desenhos, histórias, fotos.

#### **Actividades sugeridas para a adesão:**

- Acolher mesas redondas nacionais, regionais ou locais em torno do direito à educação, e com foco em grupos marginalizados e vulneráveis, convidando parlamentares e líderes políticos para cumprir o compromisso que assumiram com o povo.
- Organizar debates públicos com ministérios e comunidades relevantes, informar sobre a campanha através de rádios comunitários ou jornais locais.
- Organizar protestos públicos, manifestações ou instalações para tornar o direito à educação visual e real.
- Trabalhar com escolas em comunidades vulneráveis para coletar histórias, testemunhos, e convidar representantes das comunidades a uma reunião oficial com as autoridades, de modo a personalizar o direito à educação e dar-lhe um rosto humano.
- A publicação de relatórios alternativos ou estudos de caso sobre o direito à educação de grupos específicos.
- Adaptar a petição pública global para exortar os governos a realizar o direito à educação para todos, *tweetar* e escrever cartas sobre "A minha Educação: os Meus Direitos" ou enviar e-mails para o seu Presidente, ministro e MP para compartilhar as suas opiniões sobre o desempenho da educação no seu país.
- Usar a arte e os artistas locais para transmitir a nossa mensagem e envolver os que estão na base, através de instalações de arte, música, poemas ou concursos de fotografia.
- Mobilizar os diferentes meios de comunicação; online, meios sociais para disseminar as mensagens

## **8. Aliados**

SAGE busca o envolvimento e a participação de todo o movimento GCE. Este ano temos mais potenciais aliados para aumentar o alcance da campanha:

#### **1. No quadro do sistema das Nações Unidas:**

- UNESCO: A UNESCO é parceira da SAGE de longa data, e coordenador principal do Quadro de Acção da Educação 2030. Nos anos anteriores, o DG da UNESCO participou em campanhas de redacção de cartas e filmou mensagens de apoio à SAGE; a Rede de Projectos de Escolas Associadas da UNESCO (ASPnet) tem-se envolvido em actividades da SAGE; e os Escritórios Regionais da UNESCO têm realizado as suas próprias actividades SAGE ao longo de vários anos.
- Instituto de Estatísticas da UNESCO: Colaboração e prestação de dados contínua ajudou a moldar o envolvimento da GCE a nível nacional, regional e internacional. O uso de dados e informações fiáveis transformou a GCE e o trabalho de advocacia da sociedade civil.
- UNGEI: O género e a educação de meninas é um componente integral na realização do direito à educação para todos, e portanto todo o conhecimentos e apoio específico em questões de género será valorizado.
- O relator das Nações Unidas para o direito à educação será uma pessoa de referência para convidar em capacidade oficial para falar sobre o objectivo da campanha

- A OIT sobre como garantir os direitos dos professores e pessoal de apoio à educação, e para fazer a ligação entre o direito à educação e a erradicação do trabalho infantil.
2. Parceria Global para a Educação (GPE): O mandato principal da GPE é de garantir a implementação da agenda da Educação 2030. Está simultaneamente a lançar uma nova estratégia e planeamento SDG para uma nova campanha de reabastecimento. Isto cria uma convergência de interesses em termos de aproveitar o foco adequado para a implementação e aproveitar recursos adequados para a execução.
  7. Iniciativa do Direito à Educação e Índice do Direito à Educação: Assegurar a implementação integral da agenda SDG implica o reforço da colaboração com grupos envolvidos com essas questões a partir de uma perspectiva de Direitos Humanos. Como a tendência para a privatização está a negar o acesso dos mais pobres a uma educação de qualidade, deveremos procurar o apoio e os conhecimentos do Consórcio da Privatização na educação e os Direitos Humanos.
  8. Aliados de questões específicas:
    - A perícia da *Education Cannot Wait* e da *Inter-Agency Network for Education in Emergencies* pode ser aproveitada em situações de emergência relacionadas com a educação e estas organizações podem ser nossas aliadas em termos do nosso envolvimento na implementação em estados frágeis e situações humanitárias.
    - *Light for the World*, *CBM*, *ICEVI* deverão ser nossos aliados e assessores de prioridade, enquanto desenvolvemos os nossos materiais e as nossas posições no trabalho relacionado com a deficiência da educação inclusiva.
    - Direitos humanos e ONGs trabalhando sobre os direitos da mulher, direitos indígenas, questões LGTBQI e de gênero, migração e refugiados.
    - Organizações para os direitos das crianças e que lutam contra o trabalho infantil.
    - Sindicatos
    - Associações de pais e estudantes